

Alesp aprova nova regionalização do saneamento básico no estado

Proposta concentra sistema de abastecimento de água e esgoto dos 645 municípios

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou, na terça-feira (3), por 53 votos a 14, a nova regionalização da política de saneamento básico no estado. Proposta pelo Executivo, a mudança concentra os serviços de abastecimento de água e esgoto dos 645 municípios paulistas em duas Unidades Regionais de Saneamento Básico (Uraes). Atualmente, são quatro.

Segundo o governo estadual, a iniciativa busca adequar a estrutura regional às metas nacionais de universalização previstas pelo Novo Marco do Saneamento, que estabelece prazos para ampliar o acesso à água potável e à coleta e tratamento de esgoto.

De acordo com a justificativa do Projeto de Lei 1083/2025, as unidades regionais 2, 3 e 4 não foram implementadas como previsto após quatro anos da aprovação da lei que instituiu o modelo. A proposta, portanto, altera a estrutura definida pela Lei 17.383/2021 e fixa apenas duas Uraes.

Pelo texto aprovado, a Urae-1 ficará responsável pelos 371 municípios atendidos pela Sabesp, enquanto a Urae-2 será reestruturada para contemplar os outros 274 municípios paulistas. O projeto também prevê que os municípios que integrarão a nova Urae-2 façam manifestação formal de adesão.

A medida autoriza ainda



Rodrigo Costa/Alesp

Segundo o governo, a medida busca adequar a estrutura ao Novo Marco do Saneamento

a criação de Subunidades Regionais de Saneamento Básico (Sub-Uraes), que poderão ser definidas com base em critérios técnicos e hidrográficos de cada região.

Emendas

Além do texto original, quatro emendas parlamentares foram incorporadas à proposta. Relator da matéria no Congresso de Comissões, o deputado Oseias de Madureira (PSD) afirmou que as alterações buscam ampliar a transparência do modelo.

Entre as mudanças, foi incluído um artigo que determina que as Uraes e as Sub-Uraes publiquem, anualmente, um relatório com metas de universalização, tarifas praticadas, investimentos realizados e previstos, além de indicadores de qualidade e desempenho dos serviços.

Outra emenda estabelece que a criação de Sub-Uraes deverá considerar, além de critérios técnicos e financeiros, fatores sociais e ambientais, como vulnerabilidade hídrica, risco climático e a capacidade de adaptação dos mu-

nicipios a eventos extremos.

Debate no plenário

Durante a tramitação na Alesp, o projeto foi discutido em audiência pública, no Congresso de Comissões e em sessões plenárias. Parlamentares da base do governo defenderam a proposta e a reorganização do modelo de regionalização do saneamento no estado.

Deputados da oposição, por sua vez, criticaram a redução do número de unidades regionais. Segundo eles, a medida pode

concentrar a governança e reduzir a consideração das particularidades geográficas, sociais e econômicas das diferentes regiões do estado.

“O projeto concentra o poder de decisão nos comitês das Uraes e essa forma sobrepuja os comitês de bacias hidrográficas e a participação e o controle social”, afirmou a deputada Marina Helou (Rede).

Próximos passos

Com a aprovação na Alesp, o projeto segue agora para sanção do governador. Após a promulgação da nova lei, o Estado deverá iniciar o processo de reorganização das Unidades Regionais de Saneamento Básico (Uraes) e definir os mecanismos de adesão dos municípios que passarão a integrar a nova estrutura. A expectativa é que a mudança permita avançar na articulação entre municípios e prestadores de serviço para viabilizar investimentos e ampliar a cobertura de água e esgoto no estado. A reorganização também abre caminho para a criação das Subunidades Regionais de Saneamento Básico (Sub-Uraes), que poderão ser estabelecidas de acordo com características técnicas, territoriais e hidrográficas de cada região. O acompanhamento das metas, investimentos e indicadores de qualidade deverá ser feito por meio de relatórios anuais.

São Paulo tem 35% das seções eleitorais com acessibilidade

Das mais de 103 mil seções eleitorais do estado de São Paulo, cerca de 36 mil são acessíveis, o equivalente a 35% do total. Esses locais contam com rampas, elevadores e percursos adaptados para atender eleitoras e eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida. Quem deseja transferir o título para uma dessas seções deve fazer a solicitação até 6 de maio. Após essa data, o cadastro eleitoral será fechado para organização das Eleições 2026, cujo primeiro turno ocorre em 4 de outubro.

A mudança pode ser feita pelo sistema de Autoatendimento da Justiça Eleitoral, na opção de atualização de dados do título. Após preencher o formulário e enviar os documentos solicitados, o eleitor pode indicar o interesse em votar em uma seção com acessibilidade. A opção está disponível para quem já possui



Divulgação TRE-SP

Primeiro turno das Eleições 2026 ocorre em 4 de outubro

biometria cadastrada.

Além das adaptações físicas, as seções acessíveis contam com atendimento especializado, com coordenadores de acessibilidade e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Atualmente, São Paulo reúne cerca de 480 mil

eleitores com deficiência, cerca de 30% do total nacional. Em pesquisa realizada nas eleições municipais de 2024, 92% dos eleitores avaliaram positivamente a organização, a estrutura e a acessibilidade dos locais de votação no estado.

Escola estadual recebe programa do Butantan

A Escola Superior do Instituto Butantan (ESIB) lançou, neste semestre, a primeira edição do Programa Cientista Mirim Alberto Torres. Nove estudantes da Escola Estadual Alberto Torres foram selecionados para participar da iniciativa, que segue até julho e prevê o desenvolvimento de projetos científicos orientados por pesquisadores do instituto.

A iniciativa prevê que os estudantes desenvolvam projetos ao longo do semestre, participando de atividades práticas e contato direto com o ambiente científico. A proposta também busca despertar o interesse pela pesquisa e aproximar jovens da produção científica realizada no Instituto Butantan, além de incentivar o desenvolvimento acadêmico dos participantes.

A parceria integra os esforços de aproximação entre o

Instituto Butantan, ligado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e a escola vizinha à instituição. Durante a abertura do programa, o vice-diretor do Butantan, Rui Curi, destacou a importância da iniciativa como um resgate da relação entre as duas instituições.

Os estudantes selecionados enviaram cartas de intenção para participar do programa. Uma das escolhidas, Sabrina Bachar El Amine, afirmou que a experiência pode influenciar seu projeto de vida e aproximar os alunos do universo científico.

A iniciativa também resgata a ligação histórica entre o Instituto Butantan e a Escola Alberto Torres, que no início do século XX funcionava dentro da área do instituto, atendendo filhos de funcionários e trabalhadores.